

---

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO TRABALHO FEMININO NA ÁREA DO  
ENSINO RELIGIOSO**

Fábia da Costa Leite Rodriguez<sup>1</sup>  
fábia.leite.rodriguez@gmail.com  
Eline de Oliveira Campos<sup>2</sup>  
camposeline@gmail.com

**RESUMO**

A presente análise visa apontar a trajetória da mulher no que se refere à sua profissionalização. Dentro desse amplo contexto, o direcionamento será para o campo do ensino, mais precisamente o ensino religioso. A pesquisa tem caráter bibliográfico e vai buscar na literatura e nos registros históricos a visão das mulheres por parte da sociedade no decorrer do tempo no que se refere à essa profissionalização. Desde o início do processo as questões de gênero permearam essa construção. Ao saírem de suas residências para executarem tarefas outras que não as de educadoras do lar, começaram a desempenhar serviços nas fábricas, que ofereciam condições subumanas de trabalho. Em meados do século XX, já era aceitável que assumissem algumas poucas profissões que foram consideradas femininas a exemplo da enfermagem e do magistério. A sala de aula deu-lhe o status daquela que também tem a capacidade de educar, embora contribuísse para perpetuar a imagem da mulher enquanto indivíduo que já nascera predestinada a servir, cuidar e educar os filhos. De início, sua breve carreira no magistério, limitava-se ao tempo em que ainda não estava casada. Ao contrair matrimônio, exigia-se o abandono das salas de aula e o retorno ao lar, reassumindo o papel atribuído ao contingente feminino de mãe-cuidadora-educadora. Avançando no tempo, encontramos-la adentrando outros campos de trabalho, inclusive outras áreas do ensino como o ensino religioso. Antes exclusivo dos catequistas, seus espaços passam a ser ocupados cada vez mais pelas mulheres, que, pela filosofia da própria disciplina, não só a educa, mas contribui com a formação do caráter dos futuros cidadãos.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Ensino Religioso.

**INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Graduada em História pelo Centro Universitário de João Pessoa, Especialista e Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

<sup>2</sup> Graduada em Arte-Educação pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Especialista e Mestranda em Ciências das Religiões pela UFPB.

A proposta desse trabalho é perceber como se deu a conquista dos espaços públicos e profissionais pelas mulheres ao longo da história e, em particular, na disciplina do ensino religioso. Para tanto, será feita uma análise bibliográfica.

A vinda dos jesuítas para o Brasil (1549-1759), no período Colonial tinha por objetivo a pregação da fé católica e o trabalho educativo. O primeiro grupo de jesuítas a se instalar no Brasil foi organizado pelo primeiro governador-geral Tomé de Souza dirigido pelo Padre Manuel da Nóbrega. No ano de 1534, foi fundada por Inácio de Loyola a Companhia de Jesus. A finalidade dessa congregação era catequizar os gentios e expandir a fé católica (DOMINGOS, 2009).

Como os indígenas foram vistos como mão-de-obra abundante a ser explorada de forma gratuita, a catequese foi um meio de fazê-los respeitar a autoridade da Coroa Portuguesa. Ensinando os indígenas a ler e escrever e catequizando-os, podiam inculcar-lhes a sua fé. E, ao convencê-los que sua fé era baseada na obediência divina, legitimavam a autoridade dos conquistadores portugueses.

Esse proceder acabou por estender-se por toda sociedade brasileira: “a preocupação não foi educar a todos nas ciências e nas letras, mas formatar os valores de uma tradição religiosa” (OLIVEIRA et al, 2007, p.50). Foi uma forma eficaz de manter o controle e submissão da população aos colonizadores instalados no Brasil.

O modelo de educação vigente à época foi idealizado pelos religiosos e perdurou por cerca de 210 anos, quando foram expulsos de Portugal e de todas as suas colônias pelo Marquês de Pombal. Como eram eles os responsáveis pelo ensino em geral no país, durante o processo de banimento, o extravio de muitos livros e manuscritos significou uma perda até hoje ainda não mensurável para a educação do nosso país (DOMINGOS, 2009).

A partir daí, muitas foram as modificações no campo educacional e da forma como foi ministrado o ensino de religião no Brasil. Algumas se deram de uma forma muito lenta, o que é o caso, por exemplo, da ausência das mulheres no sistema de ensino durante um longo tempo, como no mercado de trabalho de uma forma geral.

## **1 DO LAR À ESCOLA**

As questões do surgimento da educação no Brasil foram, desde o início, conectadas às questões religiosas. Durante o período colonial e imperial, o decreto que

regulava as atribuições dos professores, mencionava não só o fato de que deveriam incluir na formação do educando os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, mas também que esse ensino era direcionado “a compreensão dos meninos” (OLIVEIRA et al, 2007, p.50). Assim sendo, a educação escolar era direcionada unicamente ao sexo masculino, excluindo as meninas das salas de aula.

Para conseguir compreender como se deu a trajetória feminina, partindo dessa situação até chegar ao ponto em que as mulheres conseguissem se tornar educadoras deve-se antes, compreender os espaços sociais destinados a ela.

A distinção clara entre espaços públicos e espaços privados, e suas destinações pode ser um fator de segregação ou de liberdade, dependendo do acesso que se tem a um ou a outro. Com base nessa distinção,

não somente as mulheres eram confinadas à primeira, à esfera privada, com a própria definição de esfera privada era associada ao feminino mais do que ao masculino. O espaço feminino, era por excelência, o espaço do lar, o espaço privado (WOODHEAD, 2002, p.2).

Vivendo em uma sociedade de regime tipicamente patriarcal, era exigido das mulheres um recato muito superior ao que era estabelecido para os homens. Os espaços destinados a ela, limitados à esfera do privado, limitou suas possibilidades de inclusão, durante largo período de tempo, em outros grupos de convívio fora do lar.

Sendo o acesso aos recintos religiosos, permitidos às mulheres, ele acabou por tornar-se um prolongamento desses ambientes e da própria família. Por isso, ambientes religiosos, ao reforçar os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, tornaram-se espaços de domesticação feminina. Mas foram, em contrapartida, sendo domesticados ao longo do tempo, permitindo o acesso posterior dessas mesmas mulheres a alguns cargos dentro de várias denominações religiosas.

E, embora a religião exercesse um papel mantenedor da tese da inferioridade feminina, e excluíssem-na do ensino oficial, esse foi um dos primeiros caminhos para que as mulheres saíssem de seus lares e ganhassem os espaços públicos.

Na trajetória em busca de novos lugares/situações que permitam a afirmação de suas potencialidades, as mulheres enfrentaram muitas oposições. A maior delas talvez tenha sido o culto da domesticidade. “A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) umas das construções sociais mais persistentes” (LOURO, 1997, p.454). A compreensão geral era

de que a missão feminina estava vinculada aos domínios dos afazeres domésticos, sendo os cargos públicos de competência dos homens.

Isso decorria em razão do imaginário prevalecente na sociedade brasileira no final do XIX e persistiu nas primeiras décadas do século XX. Atribuía-se à mulher e exigia-se dela, qualidades como a pureza, generosidade, espiritualidade, entre outras, sendo todas relacionadas à moralidade cristã. Essas qualidades contribuíram para formalizar o “arquétipo religioso da mulher comparando com a Virgem da religião católica” (ALMEIDA, 1998, p. 17-18) que o sexo feminino deveria corresponder.

Mais uma vez, fica clara a forte influência que a religião exercia na vida e no desempenho social feminino. “Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção da família saudável” (LOURO, 1997, p.454). Esta posição foi defendida veementemente também por políticos e intelectuais brasileiros desde a colonização até períodos bem próximos, fortalecendo a imagem feminina de preceptoras, daquelas que seriam responsáveis pela formação moral e dos bons costumes dos futuros cidadãos.

Por isso, mesmo em países considerados do primeiro mundo como a França, até a metade do século XIX, só foram confiadas às mulheres profissões ligadas à saúde e ao direito depois das profissões relacionadas ao ensino (PERROT, 1998). O que, embora fosse um avanço, por outro lado reafirmava tanto o seu papel de cuidadora-educadora, como demonstrava a influência da religião na criação dessa imagem:

De algum modo, se poderia dizer que “os ‘ofícios novos’ abertos às mulheres neste final de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (LOURO, 1997, p.454).

Quando surgiu a oportunidade de executarem tarefas profissionais antes exclusivas do universo masculino, elas estavam muito longe de serem os afazeres ideais. A saída da mulher do lar, para o ambiente de trabalho foi impulsionada pela Grande Guerra.

Durante o período que durou, o escasseamento da mão-de-obra, por conta do envio de um numeroso contingente masculino para os campos de batalha, forçou os patrões a aceitarem a mão-de-obra feminina para que suas fábricas pudessem continuar a produzir. Manter a fabricação de roupas e alimentos era de fundamental importância. As mulheres começaram então, a desempenhar tarefas nas fábricas. Mas as condições de trabalho eram subumanas.

Ao suprir essas vagas, o contingente feminino passa então, segundo Perrot (1998), a se fazer necessário. Desempenharam um papel importante em vários setores: dirigiram bondes, moldaram e ajustaram peças em fábricas, manejaram maçaricos, e foram introduzidas nas usinas metalúrgicas.

Entretanto, ao final do conflito houve um grande retrocesso. As mulheres retornaram a seus lares e ao desempenho dos papéis pré-estabelecidos para elas pelo imaginário vigente, criado pelo sistema patriarcal. Quando devolveram aos homens os lugares nos setores públicos, adequaram-se mais uma vez ao antigo sistema. O fato acabou por demonstrar a persistência do argumento de que “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como verdadeira carreira feminina” (LOUTO, 1997, p.454).

Em sua pesquisa Blay (1978) verificou que não só no Brasil, mas nos países por ela analisados, mesmo levando-se em conta os diversos tipos de sistemas econômicos, o lar-trabalho sintetiza os pólos definidores da imagem que a sociedade tem sobre a mulher, sendo ainda vista pela maioria como esposa e mãe.

Apesar do contexto desfavorável, no intuito de empreender conquistas, as mulheres continuaram a lutar por oportunidades, submetendo-se renovadas vezes a condições de trabalho desiguais. Considerando-se que “o trabalho das mulheres não é uma fantasia, mas sim a possibilidade de sua autonomia” (PERROT, 1998, p.142), as mulheres continuaram em busca de outros espaços de atuação profissional, persistindo na ocupação de novos postos de trabalho.

## **2 AS EDUCADORAS E O ENSINO RELIGIOSO**

Avançando no tempo é possível observar as mulheres se fixando nas primeiras profissões que conquistaram, como também adentrando outros campos de atuação. O direcionamento da educadora das primeiras letras para o ensino de religião foi, o que se pode denominar de previsível, posto que na formação dada aos indivíduos do sexo feminino, a religião sempre foi pré-requisito indispensável.

Houve inclusive, “algumas ordens religiosas femininas [que] dedicaram-se especialmente à educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da “contaminação dos vícios” (LOURO, 1997, p.445). Esse tipo de educação visava a sua domesticação, tornando-as “diligentes, honestas, ordeiras, asseadas [...] cabendo a elas a

tarefa de manter o lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior” (LOURO, 1997, p.447).

Analisando-se o trajeto feminino no campo educacional, pode-se perceber desde o princípio, que tanto sua educação, como as primeiras oportunidades de ensinar estiveram ligadas à essa formação religiosa. Os primeiros contatos com a educação de outras crianças que não as suas, ocorreu inclusive nas igrejas, desempenhando o papel de evangelizadoras.

O ensino de religião, que era de início exclusivo dos catequistas, teve seus espaços ocupados cada vez mais por indivíduos do sexo feminino. Como ele tem por filosofia contribuir com a formação do caráter dos futuros cidadãos, e, essa é uma das atribuições imputadas pela sociedade às mulheres enquanto gênero, não foi difícil a identificação das mulheres com a tarefa e nem tão pouco a anuência da sociedade para que os indivíduos do sexo feminino pudessem desempenhá-la.

No Brasil, “em meados do século XIX [...] em algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes” (LOURO, 1997, p.445). E, como as classes dedicadas às meninas deveriam ser regidas pelas senhoras honestas, a profissionalização feminina na área do ensino foi inevitável. Mas para adentrar em um curso de formação de professoras, era exigida pelos regulamentos elaborados para a admissão de estudantes,

Uma “sólida formação moral”, que freqüentemente era traduzida por uma continuada orientação religiosa, [a avaliação] seria feita a partir de uma já revelada e comprovada boa conduta e de “bons costumes” (LOURO, 1997, p.462)

Logo a trajetória histórica feminina, no que se refere ao processo de profissionalização, além de estar ligada ao campo educacional, tem profundos vínculos com a religião. E, como a educação religiosa era tida como a base moralizadora que permitiria o desenvolvimento dos “bons costumes” e de uma boa conduta, conseqüentemente tornava-se requisito indispensável para que as mulheres se tornassem aptas para ensinar.

Nesse sentido, a mulher passou a exercer um importante papel, pois “era preciso que a mulher professora possuísse um perfil que reforçasse o discurso da virtude e da moralidade dentro e fora do lar” (PINHEIRO, 2009, p.2). Ela, que no ambiente doméstico, já era responsável pela educação e moral dos filhos, passou a educar outras crianças, ocupando o papel de mãe-educadora. “É justo dizer que estas representações –

mãe-esposa e professora – são as duas metades de um mesmo projeto” (PINHEIRO, 2009, p.6). A docência agrega então, os valores maternos reforçando, mesmo que indiretamente, o lugar social destinado à mulher como mãe, esposa e educadora.

Mas, mesmo a profissão de educadora era muitas vezes temporária, pois, “deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 1997, p.453). Após o casamento, na grande maioria das vezes, era exigido que as mulheres abandonassem as salas de aula e retornassem ao lar, reassumindo o papel atribuído ao contingente feminino de mãe-cuidadora-educadora. A presença ou não dos filhos era também uma condicionante no processo de profissionalização feminino. Mesmo as casadas com maridos mais liberais, só exerciam o trabalho qualificado enquanto não engravidavam.

Outro fato marcante criado para reforçar a importância dessa figura idealizada foi a associação do magistério com a “imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída” (PINHEIRO, 2009, p.2). Conotação negativa, que dava a entender que o lugar de professoras era o destino que restava às mulheres que não possuíam atrativos para exercerem o “importante papel” de esposas e mães dentro da esfera privada do âmbito doméstico.

Várias foram as mudanças ocorridas no percurso do professorado feminino ao longo dos anos. A imagem da professora já não está mais necessariamente vinculada às solteironas e nem à incompetência. Como se sabe, as modificações no campo educacional estão como os demais processos vivenciados em sociedade vinculados às mudanças ocorridas nessas mesmas sociedades.

Nessa contextura, o processo de secularização, unindo-se ao fato de que o Brasil é um estado laico que assegura através de sua constituição a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença e o livre exercício dos cultos religiosos, garantindo através da lei a proteção aos locais de cultos e suas liturgias, acaba por modificar os pontos de vista relativos ao ensino de religião, dando lugar ao Ensino Religioso. À época de sua implantação, as mulheres que já vinham desempenhando normalmente a profissão de professoras, começam a ocupar naturalmente, as salas de aula de Ensino Religioso.

Este último constitui-se do “ensino da religião na escola sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese) e da religiosidade (que resultam na educação religiosa), mas com o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo da religião)” (PASSOS,

2007, p.32). Compreende-se assim, o Ensino Religioso como sendo uma das disciplinas constituintes de uma educação cidadã.

Para que sua implantação nas instituições de ensino, nos moldes atuais, se tornasse possível, foi instalado o Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso – FONAPER no ano de 1995, que objetivava discutir os componentes do currículo da disciplina, através da reunião de opiniões e experiências de professores, pesquisadores, outros profissionais da área e representantes de diversas tradições religiosas.

O que originou a visão de um Ensino Religioso como “um componente curricular que visa discutir a diversidade e a complexidade do ser humano com pessoa aberta às diversas perspectivas do sagrado presentes nos tempos e espaços histórico-culturais” (OLIVEIRA et al, 2007, p.34) que tem por finalidade “contribuir com a visão da postura do educando dentro desse todo como cidadão responsável” (PASSOS, 2007, p.43).

Dois anos depois, foi promulgada a lei 9.475, que atualizou o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, regulamentando a proposta, que assegura o respeito à diversidade cultural presente no Brasil, vetando inclusive, qualquer forma de propaganda doutrinária dentro das salas de aula.

Atualmente no estado da Paraíba, mais precisamente em sua capital, João Pessoa, a maioria do professorado da área é constituída pelo sexo feminino. Em um total de 61 professores que ensinam nas escolas municipais, 44 são mulheres o que perfaz um total de 72,1% e apenas 17 são homens o que corresponde a 27,9%.

O que não significa dizer, que em outros setores de trabalho brasileiro, a realidade seja a mesma. As desigualdades entre os gêneros, no que diz respeito à ocupação de cargos em outras profissões ainda é marcante. Mas, no tocante ao Ensino Religioso e, mais particularmente na Capital Paraibana, as mulheres constituem a maioria dos profissionais da área.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No período Colonial Brasileiro, onde o ensino de religião era ministrado pelos religiosos do sexo masculino, a participação da mulher enquanto educadora era vetada, por ser considerada imprópria. Com o decorrer da história, as mulheres foram

ocupando novos espaços fora do lar e assumindo postos nos diversos campos de trabalho.

Como a formação feminina durante um longo período de tempo, esteve ligada à religião, aos poucos lhe é concedida a permissão para participar do ensinamento da Bíblia como catequizadora. Esta anuência, unindo-se ao fato de que a educação dos indivíduos nos primeiros anos de vida foi costumeiramente atribuída às mulheres, favoreceu a abertura de um caminho para chegar à profissionalização no campo educacional.

No desenrolar desse processo elas foram, aos poucos, ocupando cada vez mais os cargos de professoras de religião. Não parando por aí, foram mais adiante, conquistando o respeito e a profissionalização, desfazendo lentamente a idéia de que a mulher só poderia se realizar como mãe e cuidadora.

Com a substituição do ensino de religião pelo ensino religioso e, como as mulheres já estavam desempenhando normalmente a função de professoras, a ocupação dessa função pelas mulheres foi um processo que se pode denominar de natural.

Após um longo trajeto, atualmente, na Capital do estado da Paraíba, 72,1% do professorado da área do Ensino Religioso, portanto a sua maioria é constituído de mulheres. Esse fato, embora não seja realidade no âmbito da maioria das demais profissões, seria inconcebível pensar em séculos próximos passados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. SP: UNESP, 1998.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na Indústria Paulista**. SP: Ática, 1978.

DOMINGOS, Marília de F. N. **Introdução à história da educação e o ensino religioso no Brasil**. PB: UFPB, 2009. (Mimeo)

\_\_\_\_\_. **Escola e laicidade o modelo francês**. In revista *Interações, cultura e comunidade*. Vol.3, nº04. MG: Universidade Católica, 2008. pp. 153-170.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In, DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. SP:Contexto, 1997.

MOURA, Eliane. IN: **Revista Mandrágora**. Ano 9. N° 10.SP: Universidade Metodista de São Paulo: 2004

OLIVEIRA, Lilian Blanck de, JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. ALVES, Luiz Alberto Sousa. KEIM, Ernesto Jacob. **Ensino religioso: no ensino fundamental**. SP: Cortez, 2007.

PASSOS, João Décio. **Ensino religioso: construção de uma proposta**. SP:Paulinas, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto leal Ferreira. SP: UNESP, 1998.

PINHEIRO, Rossana Kess. **A relação entre educação doméstica e educação escolar através das práticas educativas femininas em natal-rn (1889-1914)**. In, Colóquio Nacional da AFIRSE – Seção Brasileira: Políticas educacionais e práticas educativas. PB:2009.

WOODHEAD, Linda. Tradução Deborah Pereira. **Mulheres e gênero: uma estrutura teórica**. REVER – Revista de Estudos da Religião. nº01, 2002, p.1-11. PUC-SP. São Paulo.